O IDEAL BURGUÊS DA MULHER URBANA NOS ANOS 1930: A IMPORTÂNCIA DE GÊNERO COMO UMA CATEGORIA ANALÍTICA

THE BOURGEOIS IDEAL OF THE URBAN WOMAN IN THE 1930'S: THE IMPORTANCE OF GENDER AS AN ANALYTICAL CATEGORY

Elisa Cândida Alcântara de Sales[1]
Gabriela Stehling Sarmento[2]

Resumo: O artigo analisa o contexto da ascensão de ideais burgueses no final da primeira república brasileira (1889-1930), utilizando gênero como um conceito histórico e construindo a narrativa a partir da história das mulheres, com base na realidade feminina urbana dos anos 20 e 30, na região sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e nas mudanças de mentalidade ocorridas na época. Os assuntos ligados a mulheres (maternidade, sexualidade, comportamentos femininos) são importantes e centrais para o entendimento de eventos políticos, mostrando que as mulheres não são um rodapé da história e que tanto o gênero é construído pela política, quanto a política constrói o gênero.
Palavras-chave: História das mulheres. Primeira República. Gênero. Ideais burgueses. Maternidade.

Abstract: This paper analyses the context of the ascension of bourgeois ideals in the end of the First Brazilian Republic (1889-1930), using gender as an historical concept and building a narrative from a women's history perspective, basing itself on the feminine urban reality of the 20s and 30s, in the southeast, specially São Paulo and Rio de Janeiro, and on the mentality changes occurred at that period. The subjects concerned to women (maternity, sexuality, feminine behaviour) are important and central to the understanding of the political events, demonstrating that women aren't a footnote of history and that as gender is constructed by politics, politics builds gender.
Keywords: Women's history. First Brazilian Republic. Gender. Bourgeois ideals. Maternity.

> *Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam ou deveriam ocupar no mundo. 'Onde estão as mulheres?', indagava há pouco uma revista intermitente. Mas antes de mais nada: o que é uma mulher?* (BEAUVOIR, 2016, p. 9)

[1] Graduanda em História - UFMG
[2] Graduanda em História - UFMG

Uma história “sem mulheres”, parece impossível (PERROT, 2006, p. 13-16), mas somente a partir do século XX as “atrizes” da história passaram a ganhar maior atenção. Foi necessária a formulação de questões que permitissem a ideia de que as mulheres tinham uma história, sendo lentamente enxergadas como sujeitos pertinentes a serem estudados, para somente no final do século XX uma história do gênero entrar em debate. Com a possibilidade de novas críticas, a história das mulheres mudou, deixando de tratar somente do corpo e da vida privada, e tomando ambições de chegar no espaço público da cidade, do trabalho, da política e da guerra (SCOTT, 1995, p. 15). Entretanto, essa mudança também pode ser vista como algo que coloca a mulher ainda como um segundo sexo, pois ela só vivenciaria - e faria - história, quando em universos tipicamente masculinos (GORDON; BUBBLE; DYE, 1976, p. 75, 76).

Joan Scott (1995, *passim*) aponta para novas perspectivas do fazer histórico ao trazer as críticas sobre a ausência das mulheres na história e do local de suplemento que estas personagens tantas vezes aparecem. Para além de pensar somente a existência das mulheres, a autora trata da necessidade de se realizar um exame crítico sobre a produção histórica para pensar os limites de abordagens descritivas e não manter as mulheres confinadas ao interesse mínimo. É dentro dessa ótica que Scott traz a questão sobre a relevância do uso de gênero como uma categoria analítica, apontando quatro pontos centrais para se entender esse conceito: a) símbolos culturais; b) conceitos normativos; c) a concepção de política e organizações sociais; e d) a identidade subjetiva.

Ao pensar nas concepções de política, Scott (1995, *passim*) mostra que certas pesquisas mantém a ideia de gênero associada ao sistema de parentesco, deixando os estudos ligados a esse assunto na zona de temas sobre o lar e família, enquanto a autora propõe que esse conceito se associa a diferentes áreas. Além do parentesco, devem ser pensados o mercado de trabalho, a educação e o sistema político para compreender que as relações entre os homens e as mulheres não são construídas somente por meio do parentesco, mas também em outros diversos campos. O gênero aparece implicado nas concepções e construções do próprio poder, logo, ele não pode ser dissociado da política ou das instituições, porque ele também as orienta.

A política constrói o gênero e este também constrói a política. As

relações de gênero e política se encontram tão imbricadas que a dissemetria fundamental entre os homens e as mulheres se baseia no dispositivo de mercado matrimonial, no qual as mulheres são vistas como objetos, cujo sentido e valor é somente a perpetuação ou o aumento do capital simbólico dos homens, ou seja, são produtos de trocas (BOURDIEU, 2003, p. 55). Scott (1995, *passim*) aponta exemplos sobre como ações que, aparentemente não envolvem questões de gênero são permeadas com estereótipos e expectativas, como o exemplo das harpias feias VS Maria Antonieta, que simbolizam o pior e o esperado, respectivamente, das mulheres no contexto da Revolução Francesa, evidenciando como os papéis e ações de gênero permeiam a construção da política e do aceitável para determinados sujeitos.

O que Scott aponta são exemplos de conexões explícitas entre gênero e poder, pensando que a definição de gênero aponta para uma forma primária de dar significado às relações de poder, subjugando as mulheres. A própria permanência da oposição binária torna-se parte do significado de poder, construindo o gênero como algo em constante disputa, mas que tem que parecer consolidado para se manter inquestionável. O inconsciente androcêntrico cria uma oposição entre o feminino e o masculino, como polos homólogos, no qual o masculino ocupa o alto, o direito, e o feminino o baixo, a esquerda e o sagrado. A visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de discursos legitimadores, visto que o homem aparece como exemplo neutro e natural (BOURDIEU, 2003, p. 15-32).

A resistência da história política em incluir as mulheres ou a temática de gênero revela como estes, e mesmo a história e as pautas femininas, não são lidas como objetos políticos, mas sim como algo separado desse campo. Aplicando a perspectiva de política de Scott (1995, *passim*) - de que o próprio conceito de gênero é político e de que este molda a política tal qual é moldado por ela - à realidade das mulheres brasileiras urbanas dos anos 20 e 30, evidencia-se a necessidade e a importância do uso de gênero como uma categoria histórica para analisar o público e o político, social e historicamente.

Além de uma reflexão sobre a realidade da mulher - ou melhor, das mulheres - dos anos 20 e 30 nas cidades brasileiras, o artigo visa abarcar uma discussão sobre o trabalho feminino nas fábricas, o mito do amor materno e da

maternidade, e o confinamento da mulher ao lar. Por meio do uso de “gênero” sugerido por Scott (1995), a análise desses assuntos torna-se mais que uma descrição da existência feminina, transforma-se em um estudo sobre como a diferença social entre homens e mulheres se constrói ao longo do tempo em diversas áreas, como na política e na economia. Tratar todos esses temas como confinados a uma história doméstica, ou confinados à temática de história das mulheres, criando uma narrativa em que estes pontos não apresentem grandes diferenças para uma visão geral da história, é também uma escolha política de dizer que as mulheres só devem ter esse espaço e que as mortes, doenças e reclusões deste grupo não tem significado ou importância. Colocar esses tópicos como centrais para pensar a história política modifica o olhar para a história das mulheres, buscando desconfina-las, não somente do local de suplemento, como também do local separado de “história das mulheres”, pensando a história (e a política) a partir delas.

O Brasil em narrativa

Para se fazer uma história das mulheres sem tratá-las como um mero complemento, é importante entender e conectar o contexto histórico da época a ser trabalhada e como ele se encaixa com a temática. O processo político nos anos 20 é marcado por mudanças nas estruturas socioeconômicas do país, estando localizado na chamada “Primeira República”, palco de disputas entre ideologias militares e ideais para república federativa. Apesar de seu início muito marcado pela presença militar no poder, após os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), a atividade política dos militares como um todo declinou. Ademais, a proclamação da república concedeu ao Brasil uma posição de potência Sul-Americana, delimitando suas fronteiras e se impondo em relação aos países vizinhos, como com o Tratado de Petrópolis, que reconheceu a soberania brasileira ao Acre. Assim, a aproximação do modelo federalista americano, a nova constituição, a supressão do voto censitário e a separação do estado e da igreja se mostravam como aberturas para o novo caminho democrático, de liberdade e laicidade; caminho

para o qual as mulheres parecem não ser convidadas (FAUSTO, 2013, p. 247-261), pois, embora a constituição não fizesse referência explícita a uma proibição feminina nas eleições, subentendia-se que esse local não era reservado a elas. Apesar do voto universal e das novas prerrogativas republicanas, as práticas coronelistas e a política dos governadores marcaram a Primeira República, gerando uma série de diferenças entre as regiões brasileiras. Enquanto alguns estados, em especial São Paulo, foram muitos marcados pelo processo de urbanização, ocorreram movimentos de diferentes naturezas neste período, como a rebelião de canudos no sertão da Bahia e o projeto Rondon de Oswaldo Cruz.

O crescimento industrial na década de 20 foi tão significativo no Brasil quanto o crescimento nos anos da Primeira Guerra Mundial, pois nesses anos começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial. Surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a siderúrgica Belgo-Mineira e, em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland. Apesar da falta de trabalhadores especializados, os operários de baixa qualificação eram recrutados entre as populações pobres e imigrantes. Como o presente artigo visa pensar as mulheres nas grandes cidades - tratando as questões do trabalho nas fábricas, a sexualidade e a maternidade - na tentativa de adequação dessas personagens ao padrão de modernidade burguês, a narrativa se concentra então nas grandes cidades, e nos processos e mudanças ocorridos, especialmente no sudeste brasileiro (FAUSTO, 2013, 243-275).

A tentativa de instauração de uma ordem burguesa, aliada aos ideais de modernização e higienização não começa nos anos 20, mas é uma herança da Belle-Époque (1890-1920), com preocupações em transformar as capitais em ambientes de hábitos civilizados, aos modelos franceses (SOIHET, 2004, p. 363). No Brasil, isso está ligado ao início do regime republicano, que tentava se desvincular da velha sociedade patrimonial até mesmo por meio da reorganização das cidades, diferenciando-as das suas versões anteriores, pertencentes ao Império. Desse modo, há uma limitação das atividades exercidas em espaços públicos e uma valorização dos espaços privados, tanto pelo governo em si quanto pela burguesia (D'INCAO, 2004, p. 11). Ao mesmo tempo, os movimentos operários, com destaque para os anarquistas, se

posicionavam contra essas tentativas autoritárias disfarçadas de benefícios e propunham suas próprias medidas para melhorar a vida das classes mais baixas.

As mulheres, a burguesia e a cidade

Dentre as mudanças do século XX, surge um discurso voltado para o papel da mulher, que foi usado inclusive para controlar a vida íntima do trabalhador, em que ela foi colocada como *"guardiã do lar"*, aquela que manteria a ordem na casa e impediria os vícios de tomarem conta dos homens. Esse discurso está intimamente ligado à valorização dos espaços privados, dentro de uma lógica burguesa moderna que louvava a intimidade e a maternidade. Os burgueses afirmavam que a fábrica desvirtuava as mulheres e que seu papel natural a ser seguido era o de *"dona-de-casa-mãe-de-família"*, *"frágil e soberana, abnegável e vigilante"* (RAGO, 1987, p. 62). Isso se torna excepcionalmente paradoxal se considerarmos que o contexto histórico exigia cada vez mais a presença das mulheres no espaço público, devido à crescente urbanização e ao desenvolvimento comercial e industrial. Com uma grande participação no mundo do trabalho, as mulheres populares se encontravam em um entre-espaços, de um lado a necessidade de trabalhar e se sustentar, e do outro a pressão de cumprir os moldes de feminilidade esperados.

Entretanto, nem todas as mulheres tinham a possibilidade de se equiparar a esse ideal burguês. Aquelas da elite podiam se dedicar somente às atividades domésticas, visto que a família já possuía dinheiro, condição sócio-econômica estável, um homem que provinha para todos, entre outros privilégios. Dentro dessa realidade, a mulher burguesa ganha um outro papel de importância: quando casada, deve manter o status social da família, por meio de uma postura anfitriã educada, controlada, atenciosa e refinada durante os eventos sociais; quando ainda solteira, deve buscar a ascensão social ou econômica familiar por meio de um bom casamento. Nesse último caso, o controle dos corpos femininos e a repressão da sexualidade é extrema, visto que a *"virgindade funcionava como um dispositivo para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de*

propriedade que garantia linhagem da parentela" (D'INCAO, 2004, p. 13, 18). Vê-se assim a correlação intrínseca entre política e gênero, como já expressado anteriormente, quando a mulher é responsável pelo capital simbólico do homem (BOURDIEU, 2003, p. 55). No caso, é a pureza da mulher e seu comportamento que asseguram o status do homem e, em consequência, da família. Em certo momento, não só a família vigiava a mulher para que mantivesse sua virgindade, mas ela mesma passa a se vigiar. Pelos padrões burgueses, ela se torna completamente educada e civilizada. Nesse sentido, as mulheres de classes mais baixas possuíam uma liberdade romântica e sexual um pouco maior que as de classes altas, visto que a expressão sexual ou romântica das primeiras não interferiria em interesses políticos ou econômicos familiares (D'INCAO, 2004, p. 13, 18).

O discurso operário, por sua vez, não se afastou muito do burguês: apesar de advogar pela igualdade de gênero e pela autonomia feminina, defendia o espaço masculino nas fábricas, que estava em ameaça dado o crescimento do trabalho feminino e infantil. Dessa forma, promoviam a regulamentação cada vez mais rígida do trabalho das mulheres, de forma que estas ficassem cada vez mais presas às tarefas domésticas. O olhar patriarcalista destinado às mulheres mostra que, mesmo dentro das reivindicações anarquistas, as mulheres ainda eram percebidas como mais frágeis, sendo que uma das reivindicações principais era a necessidade do fim do trabalho noturno para as mulheres (TOLEDO, 2017, p. 497-518). O horário não era julgado como apropriado, dado que deveriam estar em casa, com suas famílias. É importante ressaltar a pluralidade dos movimentos operários, especialmente as diferenças entre o Rio de Janeiro, onde o movimento buscava reivindicações imediatas, e São Paulo, com o forte anarco-sindicalismo (FAUSTO, 2013, p. 295-303).

Apesar da ampliação de forças com as ondas de greves, especialmente a de 1917, as mulheres foram pouco reconhecidas como parte desse espaço, tanto pelos operários quanto pelos anarquistas. Todavia, é importante não minimizar a participação das mulheres dentro desses movimentos, por mais que sua atuação fosse obstaculizada. Muitas negavam completamente os valores anarquistas e burgueses e agiam mesmo que fora de instituições. Rago (1987, p. 96-111) nos oferece vários exemplos de mulheres que escreviam sobre a

emancipação feminina, não só das mulheres operárias, como também das anarquistas, que deveriam ter maior participação na liderança, e das burguesas.

Matilde Magrassi, por exemplo, por meio da escrita de diversos artigos em periódicos anarquistas, defendia a luta feminina dentro das fábricas e do lar. Em *O Amigo do Povo* (17-1-1904), ela incentiva as mulheres a lutarem por seus direitos trabalhistas, *"a fim de melhorar um pouco a vossa crítica situação"*, mas também defende a obtenção de instrução. A educação seria também um instrumento contra as classes dominantes, contra a Igreja e contra o Estado, por isso sua importância para a luta feminina. Ademais, instruídas, as mulheres poderiam educar também os seus filhos, ajudando a *"impedir que sejam depois vítimas do injusto sistema social em que vivemos"*, completa Magrassi (RAGO, 1987, p. 97). Fora do âmbito da escrita, as mulheres também promoviam palestras, conferências e reuniões. Além disso, a participação delas em diversos tipos de greves, muitas vezes independentes de instituições, foi de extrema importância para o fortalecimento do movimento operário e para a obtenção de direitos trabalhistas (RAGO, 1987, p. 96-111).

Para uma reflexão sobre a construção dos ideais acerca do feminino na suposta e naturalizada posição de subordinada e de fraca, retomamos o conceito de inconsciente androcêntrico, ou seja, a naturalização das experiências e ações masculinas, que são colocadas como norma universal. A divisão entre os sexos parece estar na ordem natural das coisas, levando à aceitação sem questionamentos, sem precisar de um discurso legitimador de fundo. As diferenças sexuais são construídas de modo a beneficiarem os homens mantendo-os em uma posição de força e superioridade em relação às mulheres. Mesmo o ato sexual é construído como uma relação de dominação quando muito dos pronomes sexuais (comer, *baiser*, *fuck*) são violações e possessões dos homens sobre as mulheres, reafirmando o local de dominado do feminino por meio de argumentos supostamente naturais (BOURDIEU, 2003).

Exemplos retirados do "biológico", como a definição social dos órgãos sexuais, são também construções efetuadas às custas de uma série de escolhas orientadas. São construídos estereótipos de oposições que definem o feminino em oposto ao masculino. Enquanto o masculino representa o o dominante, o para fora, o civilizado, por sua vez, o feminino é construído como o difícil e o

debaixo. Não necessariamente o falo enquanto matéria é o fundamento dessa visão de mundo, e sim a bruta divisão sexual dos dois gêneros. São criadas categorias sociais essencialmente hierarquizadas e que legitimam a construção arbitrária do biológico. A definição das relações sociais aparece legitimada pelos argumentos da biologia e do corpo, naturalizando uma construção social (FAUSTO, 2013, p. 14-29). Não há nada, salvo a desigualdade inerente à relação em si mesma, que possa explicar por que o sistema de poder funciona desta maneira. A origem das relações desiguais entre os dois sexos se encontra, então, nas relações desiguais entre os dois sexos (SCOTT, 1995, p. 77).

Apesar do inconsciente androcêntrico bem constituído, as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante de reprodução de ideias, criando mecanismos de auto-depreciação e auto-desprezo sistemático. São incorporados preconceitos desfavoráveis ao feminino e as próprias mulheres continuam reforçando tais segmentos e preconceitos, como no caso das mulheres burguesas que vigiam a si próprias. O modelo da violência simbólica institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (BOURDIEU, 2003, p. 45-63). O reforço das posições dominantes do masculino e consequentemente de inferiorização do feminino aparece nos movimentos operários e se torna perceptível ao notar a maneira pela qual a mulher operária é construída como uma figura de apoio aos líderes, um suplemento natural, mas quase nunca lida como também uma possibilidade de liderança. Ainda que fossem figuras importantes na resistência operária contra os abusos dos industriais, tendo participação massiva nas mobilizações políticas, elas eram vistas como *"máquinas inconscientes"* que atuavam de forma confusa e difusa. Também para os trabalhadores, a fábrica seria um lugar prejudicial para a mulher, afastando-a do seu dever de procriadora. Mesmo assim, muitas não aceitavam esse discurso, resistindo contra a burguesia e questionando não só os aspectos do trabalho, como também as imposições que pesavam sobre as mulheres e a definição de sua identidade (RAGO, 1987, 70-74).

A invenção de um amor

O mito do amor materno aparece como mais um dos reforços ligados ao papel da mulher como a "guardiã" do lar, sendo construído como uma missão sagrada e oriunda da vocação natural das mulheres, forçando-as a acreditar que deveriam corresponder a ele. Entender a importância da sua missão implicaria em aceitar o campo profissional das tarefas domésticas, encarnado o ideal da *"esposa-dona-de-casa-mãe-de-família"*. O aleitamento é algo incentivado e a valorização do papel materno difundido pelo saber médico visa persuadir as mulheres de que esse sentimento é inato e de que todas aquelas que não o tivessem eram anormais e desobedeceram à ordem natural das coisas. Para fundamentar tanto a ideia do mito do amor materno quanto da necessidade do aleitamento, eram retomados teóricos sobre a área, como Rousseau, com seu influente livro "Emílio", ou teses médicas. As teses e os discursos médicos pretendiam promover uma higiene social e reorganizar a estrutura familiar (WEINMMANN, 2008, p. 145) em moldes modernos e burgueses. Estas obras reforçaram e difundiram o papel da mulher fraca, submissa e passiva, definida por ser a oposição do homem (RAGO, 1987, *passim*).

De uma perspectiva francesa, buscando entender e explicar a construção e os desdobramentos do mito do amor materno na França aos fins do século XVIII, Elisabeth Badinter (1985) mostra como a indiferença materna era algo naturalizado antes da criação do mito do amor materno. Existia uma couraça sentimental dado o elevado índice de mortalidade infantil e a perda de um filho na época não representava o mesmo sofrimento que hoje. Os filhos eram vistos muitas vezes como fardos, tanto pelas mulheres ricas quanto pelas pobres, pelo enorme trabalho que traziam. As crianças não necessariamente não ganhavam o interesse das mães por que morriam, mas morriam justamente por não serem objeto de interesse das mães. Por representarem um fardo, um trabalho e algo de baixo valor, as crianças recebiam menor atenção, sem tratamentos e cuidados específicos, o que as levava à morte com maior frequência (BADINTER, 1985, p. 25-85).

Para compreender a relação entre as mães e os filhos apresentada pela Badinter, levantamos a problemática de que a infância é um conceito passível de ser historicizado, ou seja, estudar a história da infância e das crianças permite

perceber que as concepções do que são as crianças, e do que é a própria infância, variaram. Como aponta Weinmmann (2008, p. 10-15), a disputa pela "invenção da infância" é algo ainda recorrente desta historiografia, que apresenta diversas possibilidades análiticas para o conceito, existindo a infância rousseauniana, a comeniana, e até mesmo a freudiana. Para o artigo, vamos abarcar a ideia de Weinmmann da infância como uma construção da modernidade, que se relaciona com o argumento construído por Badinter da valorização dos bebês como um produto estatal. Na modernidade, principalmente a partir do século XVIII, a infância passa a ser percebida como algo natural, uma fase inerente da vida humana, com suas características específicas e que, assim, necessitava de um tratamento específico.

A publicação de Ariès (*apud* WEINMMANN, 2008) traz a tese de que na sociedade medieval o sentimento de infância não existia, o que quer dizer que não faz sentido pensarmos na diferença em termos de cuidados, como negligenciamento, abandono ou desprezo, nas mesmas noções de hoje. O sentimento da infância não representava o mesmo que o afeto pelas crianças e essa consciência que distingue essencialmente a criança do adulto não existia. Apesar da polissemia que o conceito pode criar, e mesmo a dificuldade de se pensar em infância em períodos em que o conceito não representava a mesma ideia, é facilmente perceptível o pensamento de um baixo valor atribuído a esta etapa da vida e às crianças até o período moderno e a mudança na percepção do desenvolvimento infantil. No século XVI, a idéia da infância estava ligada à ideia da dependência, com palavras próximas dos vocábulos de relações feudais ou senhoriais de dependência, e justamente por isso as crianças aparecem nesse local inferiorizante, mais próximo de uma condição de submissão (ARIÈS *apud* WEINMMANN, 2008).

Com a desassociação de um amor natural entre mães e filhos, entendemos o desejo destas de afastarem os filhos de casa, os quais passavam por três fases distantes dos cuidados dos pais: uma quando eram entregues às amas, outra às governantas e a terceira aos internatos, tendo uma criação muito longínqua das mães (BADINTER, 1985, *passim*). Ao tratar da mortalidade infantil, fica evidente a diferença das taxas de mortalidades entre filhos que permanecem com a mãe na primeira infância (especialmente até um ano de

idade) e crianças que são entregues aos cuidados de outras pessoas. Apesar de não terem um conhecimento exato sobre as práticas das amas, as mães e os pais sabiam os perigos de se deixar os filhos aos cuidados destas mulheres, que eram muitas vezes pobres e cuidavam de várias crianças ao mesmo tempo; então, esses casais consentiam e não se importavam com o que poderia acontecer aos filhos. Esse comportamento aponta para uma conveniência entre o pai e a mãe acerca desse suposto abandono ou afastamento das responsabilidades pela criança, que era tolerado até o século XVIII, momento em que começam a aparecer argumentos que visam forçar e naturalizar o *"amor materno instintivo"*.

Badinter marca o último terço do século XVIII como um momento em que se operou uma mudança nas mentalidades em que a imagem da mãe, seu papel e sua importância se modificam radicalmente, ainda que na prática os comportamentos demorassem mais tempo para se alterarem. A partir de 1760, começa a ser imposto às mulheres que cuidassem pessoalmente dos seus filhos, além dos ressaltos sobre a importância da amamentação para as crianças. O amor materno, que não é necessariamente algo novo, ganha uma dimensão diferente por ser associado à naturalidade e à construção da mulher como mãe, que fica cada vez mais relegada ao papel de criadora dos filhos, enquanto o homem vai cada vez perdendo espaço sobre essa responsabilidade. É possível observar essas atribuições à mulher nas obras de Rousseau (*apud* WEINMMANN, 2008), quando o autor aponta o papel essencial da mãe na educação e na criação da criança na primeira infância; a mãe seria responsável pela alimentação, saúde e formação dos hábitos das crianças, enquanto o pai deveria criar um cidadão responsável. O nascimento destas crianças passa a ser olhado por uma nova ótica, visto que esses bebês constituem agora uma problemática não somente pessoal e familiar, mas também política e estatal, quando vão ser os novos súditos do Estado e do rei.

A preferência pelo primogênito e a diferença na formação educacional oferecida a esse revela o senso de previsão da família, especialmente das mães, preparando o filho mais velho para lidar com as responsabilidades familiares caso o pai falecesse. Quando estas crianças passam a serem vistas como a riqueza do estado, a sobrevivência delas é algo essencial enquanto uma medida

política para manutenção dos poderes do rei, então é preciso diminuir o alto nível de mortalidade existente até este momento. A valorização da criança passa a acontecer, então, no primeiro ano de sua vida, momento de maior negligência dos pais e também o momento de maior mortalidade. Se conseguissem vingar neste período, as chances de sobrevivência eram bem maiores. No entanto, para conseguir garantir a sobrevivência dessas crianças, era necessário convencer as mães a prestarem esse papel e a cuidarem das crianças antes esquecidas. O discurso da felicidade e igualdade atingiu as mulheres como um motivador para aceitarem a prática de aleitamento e dedicação aos filhos, tendo tido o respeito e a felicidade prometidos se conseguissem assumir os deveres da tarefa doméstica (BADINTER, 1985, p. 146).

As mulheres haviam recebido finalmente uma tarefa nobre, que lhes prestava o direito de ganhar respeito dos homens e ter sua utilidade reconhecida em algo que os homens não podiam (ou não queriam) realizar. Existiram três formas de discursos para atingir as mulheres e as fazerem aceitar e abraçar o lugar da maternidade: o discurso filosófico e um alarmante discurso econômico, que eram destinados aos homens, e um terceiro dirigido às mulheres, o da felicidade. O discurso econômico foi resultado da tomada de consciência e interesse pelas pesquisas demográficas, gerando olhares para as questões populacionais e de nascimentos. Os números ligados ao crescimento populacional não apresentam um problema real para a demografia, mas *"é mais importante para nós a ideia que tinham os contemporâneos acerca da demografia do que a realidade dos fatos"* (BADINTER, 1985, p. 150). Naquele momento, a ideia de que a França estava com um baixo crescimento populacional criou um pânico de que o país se despovoou e ficaria para trás populacionalmente em relação aos outros países; e todos deveriam lidar com esse problema, tomando responsabilidades para atingir sua solução. Nasce a moderna economia política, onde a família se torna um instrumento privilegiado desse governo. O projeto político de Rousseau, então, concebe a educação na infância como a forma primordial de formar o homem público, por isso a família - e a mãe - eram tão importantes. Para isso, era necessário uma transformação radical das instituições sociais (WEINMMANN, 2008, p. 148-149), de acordo com os valores modernos e burgueses.

Assim, a criança, em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil, uma potencial riqueza econômica e uma garantia para o poder militar. O discurso direcionado às mulheres as coloca, pela primeira vez, em um papel de interlocutoras privilegiadas, elevadas ao nível de responsáveis pela nação, por serem necessárias para a sociedade. O saber médico ganha peso ao enunciar a importância do amamentamento para os filhos, além de discursos morais e educacionais reforçarem o valor e o papel das mulheres mães. Como aponta WEINMANN (2008, p. 144), tal discurso pede a eliminação de intermediários (como as amas) em favor de uma maior participação dos progenitores na criação dos filhos, principalmente das mães. É um discurso médico-familiar ligado aos valores burgueses de compartimentalização, individualização e higienização, que valoriza a criança e a sua infância, defendendo seu afastamento de outros adultos, os quais poderiam prejudicar seu desenvolvimento como indivíduo e como cidadão. O retorno à boa natureza e ao local dito como um dever natural a ser cumprido aparece, argumentado pelo corpo das mulheres (a existência de mamas), como uma missão que não poderia ser negada. Quando percebe-se as mobilizações realizadas para mudar determinados ideais sobre a maternidade, o papel da mulher e das crianças na sociedade, a fim de atingir objetivos políticos e sociais, torna-se evidente o "político" do materno e do feminino em jogo. As questões da criação do amor materno e da necessidade dos cuidados das crianças pelas mães, ao serem desnaturalizadas, evidenciam seu fundo ideológico e construído, que visou atingir determinadas funções e cumprir um objetivo no âmbito político.

O descaso com os filhos e o abandono não são existentes apenas na Europa. Durante o período colonial no Brasil, muitas mães abandonaram os próprios filhos, sendo essa prática percebida no século XVII entre a população de origem portuguesa. Apesar dos esforços e preocupações eclesiásticos, fez parte da história das mulheres no Brasil o abandono das crianças, pelas necessidades econômicas ou por causa de filhos ilegítimos fora dos casamentos (VENÂNCIO, 2004, p. 189). Percebe-se com isso, então, que a construção da ideologia do amor materno foi também muito necessária no Brasil para forçar as mulheres a cumprirem com o local esperado de mãe-dona-de-casa. Mesmo com a colonização, as mulheres brasileiras não receberam esses ideais nos séculos

XVIII e XIX, sendo necessário o reforço dos ideais e estereótipos esperados pelo conceito de feminilidade burguesa. De modo geral, no contexto brasileiro, quando começa a mudança de mentalidade acerca da mulher e dos infantes, a criança foi utilizada pelo poder médico para que este pudesse se infiltrar dentro do lar operário, possibilitando então o controle de todos os aspectos do cotidiano a fim de incutir os valores burgueses. Se a mulher era a guardiã desses valores, a criança era seu vetor, colocada nesta posição devido à sua recente valorização como indivíduo pela mentalidade do século XVIII na França, que chega ao Brasil no XIX.

Essa valorização existia primariamente porque as crianças eram consideradas como futuros operários, ou seja, futuros produtores da riqueza nacional e também futuros cidadãos. Por causa disso, era necessário criá-las de forma que se tornassem trabalhadores inseridos na lógica moral do trabalho, mantendo a ordem social e familiar. Nessa perspectiva, os menores abandonados também serão um dos maiores assuntos e motivos de preocupação para os "especialistas", que cobravam do Estado medidas para garantir a segurança e o bom desenvolvimento dessas crianças; o Estado também deveria ser responsável por educá-las e incutir nelas os valores burgueses, ao mesmo tempo em que desenraizava hábitos viciosos. Já as crianças que possuíam família, o controle sobre elas era uma forma de controlar também seus responsáveis e manter todos longe das ruas e dos vícios. Logo, *"a educação punitiva e repressiva era substituída pela ideia de uma educação preventiva"* (RAGO, 1987, p. 124).

As "degeneradas"

Também no contexto brasileiro, percebe-se como o discurso burguês se baseia em uma perspectiva moral e, por isso, os aspectos sexuais não poderiam ser deixados de lado, existindo uma enorme preocupação com as mulheres que mais fugiam ao ideal "*esposa-dona-de-casa-mãe-de-família*": as prostitutas. Assim,

> *[...] os médicos sanitaristas brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres "degeneradas", investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procuram acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social.* (RAGO, 1987, p. 86)

Nesse sentido, há sobre mulheres que fogem desse padrão, como a prostituta, um paternalismo mais específico, visto que elas precisam da ajuda de "especialistas" para serem guiadas de volta ao bom caminho e reintegradas à sociedade, tornando-se o ideal burguês de mulher. Tal ideal é fortalecido justamente por esse modelo imaginário de prostituta construído pelos "especialistas", que opunham todos os vícios da mulher pública às virtudes da mulher honesta. Ademais, é interessante observar que a prostituta se configura como uma grande ameaça à boa ordem do mundo masculino, principalmente porque seu objetivo, o prazer do cliente, se opõe ao trabalho do operário, que é construído pela burguesia como algo benéfico. Logo, para manter a ordem e higienizar a cidade, as prostitutas deveriam ficar reclusas a seus espaços específicos, de modo a não contaminar toda a sociedade. Relacionando com Scott (1995), podemos ver claramente como essas ações higienistas sobre as prostitutas se configuram como um controle dos corpos femininos que estabelece uma relação desigual de poder entre homens e mulheres, retirando-as da esfera política e arrancando delas sua autonomia.

Em contraste com os burgueses, os libertários apoiavam a emancipação, a instrução, a liberdade sexual e a resistência femininas, entre outras pautas. Esta última deveria abarcar questões além da fabril, questionando também relações familiares e sociais que colocavam-nas em subordinação ao homem, ou seja, todo seu cotidiano deveria ser problematizado. Elas também eram incentivadas a lutar pelos seus direitos políticos, como o direito ao voto e à participação no processo eleitoral. Desse modo, dentro do movimento libertário, as mulheres ocupavam posições de liderança e eram inclusive expoentes de ideias acerca das realidades de anarquistas, operárias e burguesas, além de discutirem extensivamente sobre formas de emancipação para todas as classes femininas. Vistas como iguais aos seus pares masculinos, as libertárias participavam muito mais veementemente dentro de suas instituições do que suas

contrapartidas anarquistas. É interessante apontar que, para os libertários, a desigualdade de gênero era fruto do capitalismo, logo, para se alcançar uma sociedade justa para homens e mulheres, era necessário acabar com os obstáculos econômicos. A instrução feminina se mostra muito importante para esse objetivo, pois, alfabetizadas, elas poderiam tomar consciência de sua situação e conscientizar seus filhos, futuros operários. Concomitantemente, a prostituição também está intimamente ligada ao capitalismo e é vista como uma consequência da dominação de classe, que leva as mulheres pobres a venderem seus corpos para garantirem o sustento da família (RAGO, 1987, p. 96-111).

Evidencia-se, então, como havia diferentes visões sobre o papel da mulher dentro da sociedade nos anos 20 e 30. Os burgueses pretendiam difundir pelas classes mais baixas (e pela sua própria) seu ideal de mulher, definido pela subordinação feminina ao homem e pela ação estritamente doméstica. Para tal objetivo ser atingido, o mito do amor materno e o discurso da felicidade foram usados como armas estratégicas para convencer a população feminina e colocar sua mentalidade em consonância com as ideias burguesas. Em direta oposição, os libertários advogavam pela emancipação feminina, principalmente no âmbito político, e pela maior participação das mulheres como líderes. No meio termo, encontravam-se os anarquistas, que defendiam a emancipação feminina, mas ainda relegavam às mulheres papéis exclusivamente domésticos. Nos três casos, a ligação entre gênero, política e economia é indiscutível: o fato das mulheres serem vistas como mulheres, e toda sorte de estereótipos e expectativas que acompanham essa visão, é o cerne dos ideais propostos, dos conflitos ideológicos entre esses grupos e das políticas adotadas por cada um.

Poder e gênero: ainda em disputa

Percebemos como a inclusão das questões de gênero, sexualidade e história das mulheres alargam nosso entendimento do que deve ser político e do que deve ser considerado história. As disputas das mulheres e do movimento feminista que começaram anos atrás ainda ecoam e são tão necessárias para nossa sociedade. Usar a história para olhar para o passado e perceber que

ações anteriores eram políticas nos funciona como uma ferramenta para entender que, ao retirar sujeitos da posição de conscientes e engajados, os movimentos de tais não são considerados válidos. Ao mesmo tempo, nos faz perceber que até hoje muitos desses movimentos não são validados e são constantemente apagados.

A ideia das ondas de feminismos ou de percepções sobre novas questões como uma linha contínua de reivindicações que se modificam apresenta um quadro das diferentes possibilidades de resistências femininas, mas também esconde uma parcela de pontos comuns entre as militantes do passado e do presente. As implicações do ideal burguês de mulher, embora sejam um fenômeno dos anos 20 e 30, no século XXI ainda é uma problemática - e uma realidade - extremamente próxima. Apesar das novas formas de poder, empoderamento e buscas por igualdade, muitos dos problemas que perpassam toda a bibliografia selecionada (a subordinação feminina e a dominação masculina, as prostitutas assediadas e marginalizadas, a idealização inalcançável de mulher e as pressões sociais e familiares) são caros à atualidade.

Na conclusão deste trabalho, visa-se colocar então, como reformular nossas questões e perguntas sobre o passado e as maneiras que se liam (e ainda se lêem) as questões e participações femininas na história, que influenciam nossas questões e perguntas do presente. Se hoje percebemos grandes mudanças e podemos mesmo falar em grandes avanços da luta feminina sobre pautas de igualdade, presença no mercado de trabalho, liberdades sexuais e de relacionamentos afetivos, é importante não criar uma visão teleológica sobre o futuro e perceber que estamos no começo de uma construção que coloca as mulheres como participantes políticas. De uma longa caminhadas, deu-se vários passos, mas a busca por igualdade e direitos entre homens e mulheres (e também entre mulheres e mulheres) ainda é uma bandeira em voga no nosso presente.

Bibliografia:

BADINTER, Elisa. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. 1985.

BEAUVOIR, Simone. Introdução. *In*: BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In.: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: EDUSP, 2013. ISBN 8531413524.

GORDON, Ann D.; BUBLE, Mary Jo; DYE, Nancy Schrom. The Problem of Women's History. In.: CARROLL, Berenice A (ed.). **Liberating Women's History**: Theoretical and Critical Essays. Urbana, Chicago, Londres: University of Illinois Press, 1976.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In.: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In.: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

WEINMMANN, Amadeu de Oliveira. **Infância: um dos nomes da não razão.** Brasília: Ed. UnB, 2014.